



Anais da Assembléia

Nº 43

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 20 DE ABRIL DE 1994

ANO XX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - PTB

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASÍLIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PSDB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado NELSON GARCIA
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado HEINZ GEORG HERWIG
PT	Deputado OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - José Afonso Júnior - José Durval Mattos do Amaral - José Tavares da Silva Neto - Luiz Carlos Cafo Quintana, **Suplentes:** Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; PP - 11: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli - Duílio Genari; PFL - 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppe Filho; PDT - 07: Algaci Ormário Túlio - Emília de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Alcides Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Luiz Rossoni; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mário Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; PSDB - 03: Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig - Cezar Augusto Carollo Silvestri; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; PTB - 12: Erondy Silvério - Anibal Khury - Ademar Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Hermas Eurides Brandão - Luiz Antonio Setti - Nilton César Servo; **Suplente:** Geraldo Atsumi Yamada; PT - 03: Ovídio José Constantino - Emani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pérides de H. Mello; PL - 01: José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha.

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA
ATA DA 31.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 20 DE ABRIL DE 1994.

(a) ÉLIO RUSCH

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Zuk e Heinz Herwig.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Costenaro Neto, Arlindo Troian, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Doutor Rosinha, Edson Silva Lino, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Heinz Herwig, João Iensen, José Afonso Júnior, José Tavares, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton Servo, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Toti Colaço, e Rossoni (41). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Carlos Simões, Colombino Grassano, Domingos Carvalho, Durval Amaral, Duílio Genari, Élio Rusch, João Preis, José Arthur Ritti, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Ovídio Constantino, Renato Adur e Severino Félix (13).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofício:

Senhor Presidente.

Com os melhores cumprimentos, comunico a Vossa Excelência que estarei ausente da Assembleia Legislativa, e de via, da sessão plenária, no dia de hoje, em virtude de viagem à Cidade de Nova Santa Rosa, no Oeste do Paraná, onde estarei participando de programa que integra os festejos de aniversário do já citado município.

Na oportunidade, reitero meus protestos de alta estima e consideração.

Sala das Sessões, em 20.04.94.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 880

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 20.04.94.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 915

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inserção em ata de Voto de Profundo Pesar, pelo falecimento do jogador Dener, da Portuguesa de Desportos, atualmente emprestado para o Vasco da Gama, ocorrido dia 19 de abril de 1994, em decorrência de acidente de trânsito no Rio de Janeiro. Dener um grande ídolo do futebol brasileiro, tendo atuado com classe e competência no Clube Portuguesa de Desportos, onde angariou uma multidão de fãs.

Requer ainda que, da decisão da Casa, se dê ciência ao Presidente do Clube Portuguesa de Desportos.

Sala das Sessões, em 20.04.94.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 882

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, seja consignado na Ata dos Trabalhos desta Sessão, Voto de Congratulações pela reeleição do atual Conselho de Administração da TELEPAR, para o Triênio 94/97, cuja Presidência está entregue ao Senador Luiz Alberto Martins de Oliveira.

Sua Excelência, com menos de quatro meses à frente da TELEPAR, demonstrou uma enorme capacidade de liderança e trouxe novos investimentos para o setor.

Motivo de orgulho para os paranaenses encontra-se a TELEPAR aos cuidados de gente que a engrandece.

Por isso este nosso requerimento que solicitamos seja encaminhado aos dirigentes da TELEPAR.

Sala das Sessões, em 20.04.94.

(a) COLOMBINO GRASSANO

REQUERIMENTO Nº 913

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido Votos de Congratulações aos dirigentes e participantes da MERCOSUPER/94, realizado em Foz do Iguaçu.

A Solenidade acontecerá no dia 24 de abril de 1994, no Centro Internacional de Exposições de Foz do Iguaçu.

Louvável decisão tomada pela APRAS - (Associação Paranaense de Supermercados) na presidência do Sr. Eduardo Antonio Dalmora, onde reunirá diversos produtos ao alcance dos consumidores.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência a APRAS, em nome do Sr. Presidente Eduardo Antonio Dalmora, BR-469 - Km 13 em Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 20.04.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 883

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Segurança Pública, Sr. Rolf Koerner Júnior, solicitando viaturas e equipamentos para a 13ª Subdivisão da Polícia Civil de Ponta Grossa.

A Polícia Civil de Ponta Grossa vem encontrando dificuldades em manter a ordem e a tranquilidade da comunidade pontagrossense, devido a falta de viaturas e equipamentos de auxílio aos policiais.

Requer que a situação seja contornada com urgência para que os pontagrossenses tenham a proteção merecida.

Sala das Sessões, em 20.04.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 884

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Segurança Pública, Sr. Rolf Koerner Júnior, solicitando que o Projeto Povo seja implantado em Ponta Grossa, o mais rápido possível.

A instalação do Projeto estava prevista para o começo de abril, mas até o presente momento ainda não foi realizado.

A população pontagrossense terá mais tranquilidade e segurança quando tiver o auxílio do Projeto Povo nas ruas.

A medida é necessária e urgente para que os munícipes de Ponta Grossa venham a ter segurança eficaz oferecida pelo Policiamento Ostensivo Volante.

Sala das Sessões, em 20.04.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 885

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Diretor do Instituto de Identificação do Paraná Sr. Douglas Haquim, solicitando mais funcionários para o Posto do Instituto localizado em Ponta Grossa.

O posto de Identificação de Ponta Grossa vem operando com déficit de funcionários, causando assim, demora para efetuar carteiras de identidade.

Esse problema vem causando filas, onde pessoas entre elas idosos, passam horas na fila para poder fazer o documento de identificação.

Esta medida é urgente e necessária para agilizar o tempo de espera para obter a carteira de identidade.

Sala das Sessões, em 20.04.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 886

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado do Esporte e do Turismo Senhor Luiz Ernesto Meyer Pereira, solicitando a possibilidade de construir uma quadra esportiva polivalente, se possível coberta, através do Programa Nossa Quadra, do Governo do Estado, na Vila Oficinas.

A Vila acima referida, necessita desta quadra para suprir a procura pelo esporte e melhorar sua infra-estrutura recreativa, visto que o número de desportistas aumenta a cada dia sendo o esporte uma fonte natural de saúde.

A construção da quadra beneficiará, muitas pessoas, entre elas crianças, jovens e adultos, que têm como complemento de suas atividades diárias e semanais, o esporte.

Esta obra será de grande valia, e com certeza irá estimular a juventude e a família a descobrirem as virtudes do esporte, deixando de lado a viciosidade, tão perniciosa nos dias atuais.

Quem pratica esporte não tem vício.

Sala das Sessões, em 20.04.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 887

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado do Esporte e Turismo Senhor Luiz Ernesto Meyer Pereira, solicitando a possibilidade

de construir uma quadra esportiva polivalente, se possível coberta, através do Programa Nossa Quadra, do Governo do Estado, na Vila Dona Luíza.

A Vila acima referida, necessita desta quadra para suprir a procura pelo esporte e melhorar sua infra-estrutura recreativa, visto que o número de desportistas aumenta a cada dia sendo o esporte uma fonte natural de saúde.

A construção da quadra beneficiará, muitas pessoas, entre elas crianças, jovens e adultos, que têm como complemento de suas atividades diárias e semanais, o esporte.

Esta obra será de grande valia, e com certeza irá estimular a juventude e a família a descobrirem as virtudes do esporte, deixando de lado a viciosidade, tão perniciosa nos dias atuais.

Quem pratica esporte não tem vício.

Sala das Sessões, em 20.04.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 888

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado do Esporte e Turismo Senhor Luiz Ernesto Meyer Pereira, solicitando a possibilidade de construir uma quadra esportiva polivalente, se possível coberta, através do Programa Nossa Quadra, do Governo do Estado, na Vila Dom Pedro II.

A Vila acima referida, necessita desta quadra para suprir a procura pelo esporte e melhorar sua infra-estrutura recreativa, visto que o número de desportistas aumenta a cada dia sendo o esporte uma fonte natural de saúde.

A construção da quadra beneficiará, muitas pessoas, entre elas crianças, jovens e adultos, que têm como complemento de suas atividades diárias e semanais, o esporte.

Esta obra será de grande valia, e com certeza irá estimular a juventude e a família a descobrirem as virtudes do esporte, deixando de lado a viciosidade, tão perniciosa nos dias atuais.

Quem pratica esporte não tem vício.

Sala das Sessões, em 20.04.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 889

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado do Esporte e Turismo Senhor Luiz Ernesto Meyer Pereira, solicitando a possibilidade de construir uma quadra esportiva polivalente, se possível coberta, através do

Curitiba, quarta, em 20.04.94

lente, se possível coberta, através do Programa Nossa Quadra, do Governo do Estado, na Vila Estrela.

A Vila acima referida, necessita desta quadra para suprir a procura pelo esporte e melhorar sua infra-estrutura recreativa, visto que o número de desportistas aumenta a cada dia sendo o esporte uma fonte natural de saúde.

A construção da quadra beneficiará, muitas pessoas, entre elas crianças, jovens e adultos, que têm como complemento de suas atividades diárias e semanais, o esporte.

Esta obra será de grande valia, e com certeza irá estimular a juventude e a família a descobrirem as virtudes do esporte, deixando de lado a viciosidade, tão perniciosa nos dias atuais.

Quem pratica esporte não tem vício.

Sala das Sessões, em 20.04.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 890

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado do Esporte e Turismo Senhor Luiz Ernesto Meyer Pereira, solicitando a possibilidade de construir uma quadra esportiva polivalente, se possível coberta, através do Programa Nossa Quadra, do Governo do Estado, na Vila Jardim Los Angeles.

A Vila acima referida, necessita desta quadra para suprir a procura pelo esporte e melhorar sua infra-estrutura recreativa, visto que o número de desportistas aumenta a cada dia sendo o esporte uma fonte natural de saúde.

A construção da quadra beneficiará, muitas pessoas, entre elas crianças, jovens e adultos, que têm como complemento de suas atividades diárias e semanais, o esporte.

Esta obra será de grande valia, e com certeza irá estimular a juventude e a família a descobrirem as virtudes do esporte, deixando de lado a viciosidade, tão perniciosa nos dias atuais.

Quem pratica esporte não tem vício.

Sala das Sessões, em 20.04.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 891

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado do Esporte e Turismo Senhor Luiz Ernesto Meyer Pereira, solicitando a possibilidade de construir uma quadra esportiva polivalente, se possível coberta, através do

Programa Nossa Quadra, do Governo do Estado, na Vila 26 de Outubro.

A Vila acima referida, necessita desta quadra para suprir a procura pelo esporte e melhorar sua infra-estrutura recreativa, visto que o número de desportistas aumenta a cada dia sendo o esporte uma fonte natural de saúde.

A construção da quadra beneficiará, muitas pessoas, entre elas crianças, jovens e adultos, que têm como complemento de suas atividades diárias e semanais, o esporte.

Esta obra será de grande valia, e com certeza irá estimular a juventude e a família a descobrirem as virtudes do esporte, deixando de lado a viciosidade, tão perniciosa nos dias atuais.

Quem pratica esporte não tem vício.

Sala das Sessões, em 20.04.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 892

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado do Esporte e Turismo Senhor Luiz Ernesto Meyer Pereira, solicitando a possibilidade de construir uma quadra esportiva polivalente, se possível coberta, através do Programa Nossa Quadra, do Governo do Estado, na Vila Rio Branco.

A Vila acima referida, necessita desta quadra para suprir a procura pelo esporte e melhorar sua infra-estrutura recreativa, visto que o número de desportistas aumenta a cada dia sendo o esporte uma fonte natural de saúde.

A construção da quadra beneficiará, muitas pessoas, entre elas crianças, jovens e adultos, que têm como complemento de suas atividades diárias e semanais, o esporte.

Esta obra será de grande valia, e com certeza irá estimular a juventude e a família a descobrirem as virtudes do esporte, deixando de lado a viciosidade, tão perniciosa nos dias atuais.

Quem pratica esporte não tem vício.

Sala das Sessões, em 20.04.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 893

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado do Esporte e Turismo Senhor Luiz Ernesto Meyer Pereira, solicitando a possibilidade de construir uma quadra esportiva polivalente, se possível coberta, através do Programa Nossa Quadra, do Governo do Estado, na Vila Marina.

do, na Vila Marina.

A Vila acima referida, necessita desta quadra para suprir a procura pelo esporte e melhorar sua infra-estrutura recreativa, visto que o número de desportistas aumenta a cada dia sendo o esporte uma fonte natural de saúde.

A construção da quadra beneficiará, muitas pessoas, entre elas crianças, jovens e adultos, que têm como complemento de suas atividades diárias e semanais, o esporte.

Esta obra será de grande valia, e com certeza irá estimular a juventude e a família a descobrirem as virtudes do esporte, deixando de lado a viciosidade, tão perniciosa nos dias atuais.

Quem pratica esporte não tem vício.

Sala das Sessões, em 20.04.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 894

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado do Esporte e Turismo Senhor Luiz Ernesto Meyer Pereira, solicitando a possibilidade de construir uma quadra esportiva polivalente, se possível coberta, através do Programa Nossa Quadra, do Governo do Estado, na Vila Jôquei Clube.

A Vila acima referida, necessita desta quadra para suprir a procura pelo esporte e melhorar sua infra-estrutura recreativa, visto que o número de desportistas aumenta a cada dia sendo o esporte uma fonte natural de saúde.

A construção da quadra beneficiará, muitas pessoas, entre elas crianças, jovens e adultos, que têm como complemento de suas atividades diárias e semanais, o esporte.

Esta obra será de grande valia, e com certeza irá estimular a juventude e a família a descobrirem as virtudes do esporte, deixando de lado a viciosidade, tão perniciosa nos dias atuais.

Quem pratica esporte não tem vício.

Sala das Sessões, em 20.04.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 895

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado do Esporte e Turismo Senhor Luiz Ernesto Meyer Pereira, solicitando a possibilidade de construir uma quadra esportiva polivalente, se possível coberta, através do Programa Nossa Quadra, do Governo do Estado, na Vila Jardim Carvalho.

A Vila acima referida, necessita desta quadra para suprir a procura pelo esporte e melhorar sua infra-estrutura recreativa, visto que o número de desportistas aumenta a cada dia sendo o esporte uma fonte natural de saúde.

A construção da quadra beneficiará, muitas pessoas, entre elas crianças, jovens e adultos, que têm como complemento de suas atividades diárias e semanais, o esporte.

Esta obra será de grande valia, e com certeza irá estimular a juventude e a família a descobrirem as virtudes do esporte, deixando de lado a viciosidade, tão perniciosa nos dias atuais.

Quem pratica esporte não tem vício.

Sala das Sessões, em 20.04.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 896

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado do Esporte e Turismo Senhor Luiz Ernesto Meyer Pereira, solicitando a possibilidade de construir uma quadra esportiva polivalente, se possível coberta, através do Programa Nossa Quadra, do Governo do Estado, na Vila Órfãos.

A Vila acima referida, necessita desta quadra para suprir a procura pelo esporte e melhorar sua infra-estrutura recreativa, visto que o número de desportistas aumenta a cada dia sendo o esporte uma fonte natural de saúde.

A construção da quadra beneficiará, muitas pessoas, entre elas crianças, jovens e adultos, que têm como complemento de suas atividades diárias e semanais, o esporte.

Esta obra será de grande valia, e com certeza irá estimular a juventude e a família a descobrirem as virtudes do esporte, deixando de lado a viciosidade, tão perniciosa nos dias atuais.

Quem pratica esporte não tem vício.

Sala das Sessões, em 20.04.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 897

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado do Esporte e Turismo Senhor Luiz Ernesto Meyer Pereira, solicitando a possibilidade de construir uma quadra esportiva polivalente, se possível coberta, através do Programa Nossa Quadra, do Governo do Estado, na Vila Liâne.

A Vila acima referida, necessita desta

quadra para suprir a procura pelo esporte e melhorar sua infra-estrutura recreativa, visto que o número de desportistas aumenta a cada dia sendo o esporte uma fonte natural de saúde.

A construção da quadra beneficiará, muitas pessoas, entre elas crianças, jovens e adultos, que têm como complemento de suas atividades diárias e semanais, o esporte.

Esta obra será de grande valia, e com certeza irá estimular a juventude e a família a descobrirem as virtudes do esporte, deixando de lado a viciosidade, tão perniciosa nos dias atuais.

Quem pratica esporte não tem vício.

Sala das Sessões, em 20.04.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 898

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado do Esporte e Turismo Senhor Luiz Ernesto Meyer Pereira, solicitando a possibilidade de construir uma quadra esportiva polivalente, se possível coberta, através do Programa Nossa Quadra, do Governo do Estado, na Vila Palmeirinha.

A Vila acima referida, necessita desta quadra para suprir a procura pelo esporte e melhorar sua infra-estrutura recreativa, visto que o número de desportistas aumenta a cada dia sendo o esporte uma fonte natural de saúde.

A construção da quadra beneficiará, muitas pessoas, entre elas crianças, jovens e adultos, que têm como complemento de suas atividades diárias e semanais, o esporte.

Esta obra será de grande valia, e com certeza irá estimular a juventude e a família a descobrirem as virtudes do esporte, deixando de lado a viciosidade, tão perniciosa nos dias atuais.

Quem pratica esporte não tem vício.

Sala das Sessões, em 20.04.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 899

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado do Esporte e Turismo Senhor Luiz Ernesto Meyer Pereira, solicitando a possibilidade de construir uma quadra esportiva polivalente, se possível coberta, através do Programa Nossa Quadra, do Governo do Estado, na Vila Jardim Esplanada.

A Vila acima referida, necessita desta quadra para suprir a procura pelo esporte

e melhorar sua infra-estrutura recreativa, visto que o número de desportistas aumenta a cada dia sendo o esporte uma fonte natural de saúde.

A construção da quadra beneficiará, muitas pessoas, entre elas crianças, jovens e adultos, que têm como complemento de suas atividades diárias e semanais, o esporte.

Esta obra será de grande valia, e com certeza irá estimular a juventude e a família a descobrirem as virtudes do esporte, deixando de lado a viciosidade, tão perniciosa nos dias atuais.

Quem pratica esporte não tem vício.

Sala das Sessões, em 20.04.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 900

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado do Esporte e Turismo Senhor Luiz Ernesto Meyer Pereira, solicitando a possibilidade de construir uma quadra esportiva polivalente, se possível coberta, através do Programa Nossa Quadra, do Governo do Estado, na Vila Borato.

A Vila acima referida, necessita desta quadra para suprir a procura pelo esporte e melhorar sua infra-estrutura recreativa, visto que o número de desportistas aumenta a cada dia sendo o esporte uma fonte natural de saúde.

A construção da quadra beneficiará, muitas pessoas, entre elas crianças, jovens e adultos, que têm como complemento de suas atividades diárias e semanais, o esporte.

Esta obra será de grande valia, e com certeza irá estimular a juventude e a família a descobrirem as virtudes do esporte, deixando de lado a viciosidade, tão perniciosa nos dias atuais.

Quem pratica esporte não tem vício.

Sala das Sessões, em 20.04.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 901

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado do Esporte e Turismo Senhor Luiz Ernesto Meyer Pereira, solicitando a possibilidade de construir uma quadra esportiva polivalente, se possível coberta, através do Programa Nossa Quadra, do Governo do Estado, na Vila Chapada.

A Vila acima referida, necessita desta quadra para suprir a procura pelo esporte e melhorar sua infra-estrutura recreativa,

visto que o número de desportistas aumenta a cada dia sendo o esporte uma fonte natural de saúde.

A construção da quadra beneficiará, muitas pessoas, entre elas crianças, jovens e adultos, que têm como complemento de suas atividades diárias e semanais, o esporte.

Esta obra será de grande valia, e com certeza irá estimular a juventude e a família a descobrirem as virtudes do esporte, deixando de lado a viciosidade, tão perniciosa nos dias atuais.

Quem pratica esporte não tem vício.

Sala das Sessões, em 20.04.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 902

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado do Esporte e Turismo Senhor Luiz Ernesto Meyer Pereira, solicitando a possibilidade de construir uma quadra esportiva polivalente, se possível coberta, através do Programa Nossa Quadra, do Governo do Estado, na Vila Burrinho.

A Vila acima referida, necessita desta quadra para suprir a procura pelo esporte e melhorar sua infra-estrutura recreativa, visto que o número de desportistas aumenta a cada dia sendo o esporte uma fonte natural de saúde.

A construção da quadra beneficiará, muitas pessoas, entre elas crianças, jovens e adultos, que têm como complemento de suas atividades diárias e semanais, o esporte.

Esta obra será de grande valia, e com certeza irá estimular a juventude e a família a descobrirem as virtudes do esporte, deixando de lado a viciosidade, tão perniciosa nos dias atuais.

Quem pratica esporte não tem vício.

Sala das Sessões, em 20.04.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 903

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Senhor Reinaldo José Rodrigues dos Santos, Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a liberação de recursos financeiros para a construção de um Terminal do Trabalhador Volante, no Município de Corumbataí do Sul.

A presente solicitação, visa dar atendimento aos trabalhadores rurais da região, que são na sua maioria, bôias-frias.

Sala das Sessões, em 20.04.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 904

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilmo. Senhor Eleriam Zanetti, Diretor Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de carteiras escolares às escolas do Município de Prudentópolis.

A presente solicitação visa oferecer maiores condições às escolas municipais e estaduais, quanto a acomodação dos alunos, pois, o atual número de carteiras nas escolas é insuficiente para tal.

Sala das Sessões, em 20.04.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 905

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente a Exma. Senhora Marlene C. Pereira, Presidente do PROVOPAR - Programa do Voluntariado Paranaense, solicitando a liberação de recursos financeiros ao PROVOPAR do Município de Imbituva.

A presente solicitação tem como objetivo, o atendimento aos diversos segmentos assistenciais do município, como Clube de Mães de Guamiranga, UNIBEM - União Imbituvense do Bem Estar do Menor e diversas creches.

Sala das Sessões, em 20.04.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 906

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente a Telecomunicações do Paraná S/A - TELEPAR, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores do bairro de Santa Quitéria, quanto a instalação de um aparelho de telefone público na Rua Vieira Fazenda n° 1047, em frente a Mercadoria "Água Tônica". O pedido está sendo feito devido não ter um telefone nas proximidades e fazer falta para toda a população.

Sala das Sessões, em 20.04.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 907

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a

Companhia de Saneamento do Paraná S/A - SANEPAR, no sentido de sanar o problema de falta de água que ocorre todos os dias na Rua Manoel Ribas Borba Gato, proximidades do n° 377 - Bairro Barreirinha. Ocorre que nessa região do bairro a água só vem de madrugada, somente enche a caixa das casas e acaba. As donas de casa não podem fazer os serviços domésticos acarretando inúmeros transtornos. Em alguns dias a pressão é tão baixa que a água não chega a subir nas caixas de água e com isso todas as residências não recebem um pinga de água. A situação é crítica e necessita urgentemente de providências eficientes.

Sala das Sessões, em 20.04.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 908

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de sanar o problema de falta de água no bairro do Abranches, mais especificamente à Rua Lúcia D'Chant, proximidades do n° 825. O pedido está sendo feito pelos moradores do local e afirmam que a falta de água vem ocorrendo há mais de seis meses, porém a conta da mesma chega todos os meses com acréscimo, sendo que o valor mínimo é de Cr\$ 7.000,00 (sete mil cruzeiros reais). A situação encontra-se tão crítica que até o Posto de Saúde Diana localizado nas proximidades está praticamente paralisado pela falta de água. O estranho é que nas outras ruas há água sobrando. Os moradores já procuraram a SANEPAR, porém a mesma não dá nenhuma resposta à população. Pede-se que o presente pedido seja atendido o mais breve possível, tendo em vista que a situação está piorando a cada dia e não é justo ser cobrado altas taxas por um serviço que não está à disposição dos moradores da citada rua.

Sala das Sessões, em 20.04.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 909

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de intensificar o policiamento na Rua Francisco Xavier de Oliveira, proximidades do n° 201 - Vila Pompéia.

O pedido está sendo feito pelos moradores do local, os quais afirmam que nas

redondezas os roubos são muitos e a Mercaria Segalla que localiza-se no endereço acima já foi assaltada várias vezes, inclusive ocorrendo atentado com arma. Pedem que o pedido seja atendido o mais breve possível procurando-se evitar algum acontecimento mais grave.

Sala das Sessões, 20.04.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 910

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de mudar o relógio marcador de consumo de água de um lugar para outro, na residência localizada à Rua Antonio Gomide n° 92 - bairro Fazendinha.

Ocorre que a proprietária dessa residência precisa colocar lajota no lugar em que está o relógio e nada pode fazer enquanto não há a remoção do mesmo. O pedido já foi feito à SANEPAR pela proprietária, porém infelizmente não foi atendido.

Sala das Sessões, em 20.04.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 912

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente do Excelentíssimo Senhor Governador Doutor Mário Pereira e ao Diretor Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, Doutor Marco Antonio Cenovicz, solicitando interligação da rede de água que vem do Rio Passaúna, através de um anel, numa distância de apenas 1 mil e 800 metros, na região do Umbará, contemplando os bairros vizinhos.

Com esta medida estaria resolvido o transtorno das comunidades daquela área que sofrem constantemente com a falta de água devido a insuficiência da rede no local.

Sala das Sessões, em 20.04.94.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Nosso pleito está firmado na decorrência do transtorno que a comunidade da região do Umbará sofre pela falta d'água diuturnamente. Daí porque necessita de uma interligação da rede que vem do Passaúna, através de um anel da própria rede, numa distância de 1 mil e 800 metros aproximadamente.

Desta forma este grande problema estaria resolvido e, ao mesmo tempo, avançamos nas medidas de profilaxias da Saúde Pública, melhorando a qualidade de vida

daquela comunidade.

REQUERIMENTO N° 911

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam transcritas nos Anais da Casa, os dois artigos (seguidos) do Jornalista Paulo Ubiratan da "Folha de Londrina", sobre o "Alcoolismo no Trânsito", que devem servir de alerta às autoridades e à população em geral.

Tratam-se de matérias relevantes, apresentando sugestões importantes para o próprio CONTRAN, razão pela qual faço tal propositura. Requeiro, igualmente que sejam informadas dessa iniciativa as seguintes pessoas: (01) Jornalista Paulo Ubiratan - Folha de Londrina; (02) Presidente do CONTRAN, em Brasília, órgão do Ministério da Justiça; (03) Presidente do Conselho Estadual de Entorpecentes - Dr. Heber Soares Vargas, órgão vinculado à Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania.

Sala das Sessões, em 20.04.94.

(a) JOSÉ TAVARES

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 139/94

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação das Senhoras de Rotarianos de Ortigueira - ASRO, com sede e foro na Cidade de Ortigueira, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.04.94.

(a) EDSON SILVA LINO

JUSTIFICATIVA:

A Associação das Senhoras de Rotarianos de Ortigueira - ASRO é uma sociedade de caráter assistencial, sem fins lucrativos, com duração indeterminada, com sede e foro no Município de Ortigueira, Estado do Paraná.

A Associação foi fundada em 21 de março de 1987, tendo por finalidade principal a manutenção e direção de iniciativas por ela julgada meritórias, ou com elas colaborar; fomentar a amizade e o companheirismo entre as sócias e colaborar com as instituições rotárias locais e com as entidades que visem a assistência e a promoção humana.

Exposto isso e considerando que a Associação em pauta vem cumprindo com o objetivo para o qual fora constituída, nada mais justo que seja reconhecida de Utili-

dade Pública, para cuja proposição conta o Parlamentar com o apoio de seus Pares com assentamento nesta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - É lida e aprovada a Ata.

Não havendo expediente, no Pequeno Expediente concedo a palavra ao Sr. Alceu Swarowski.

O SR. ALCEU SWAROWSKI - Sr. Presidente, Srs. e Srs. Deputados, Servidores desta Casa, Imprensa.

Antes de lembrarmos a data do Patrono Cívico da Nação brasileira, queremos mais uma vez e repetidamente agradecer a colaboração desta Casa na aprovação de projetos de relevância social para a classe dos servidores públicos do nosso Estado, principalmente para os aposentados.

Com a aprovação do nosso projeto de lei, esta Casa foi ao encontro das grandes e sentidas reivindicações dos aposentados e pensionistas na faixa etária da terceira idade, dos sessenta e sessenta e cinco anos, reduzindo-se o percentual de 10% da previdência para os aposentados e pensionistas e 50% quando atingissem a idade dos sessenta anos no caso de não haver dependentes, isentando-se totalmente os ativos e inativos quando completarem a idade dos sessenta e cinco anos.

Queremos também agradecer a benevolência desse Plenário e também ao Executivo Municipal em atender à solicitação deste Deputado e desta Casa no sentido de que se exigisse a balança para a pesagem do gás doméstico das fábricas, dos hospitais e das indústrias, caso contrário se estipulando e se aplicando multas variáveis.

Queremos também, Sr. Presidente, agradecer os votos de aplauso a S. Exa. o Deputado Federal Paulo Munhoz da Rocha que apresentou, por sugestão nossa e desta Casa, o título de patrono da unidade nacional ao herói mineiro, ao herói paranaense, ao herói da Lapa, ao herói brasileiro, General Carneiro.

Queremos também hoje trazer os nossos aplausos à feliz, até surpreendentemente positiva, administração quer do Executivo Municipal, quer da Câmara Municipal da minha Cidade de Rio Negro onde a comunidade toda se volta para o maior partido do Paraná e do Brasil, que é o partido da comunidade do povo brasileiro.

Queremos dizer que, embora por acidente, o Prefeito daquela Cidade seja filho deste Deputado, não pelo acidente deste fato é que a administração de processo em ritmo acelerado rumo ao ano 2.000 fazendo com que, junto com a comunidade local, lá o futuro aconteça. E terminando, Sr. Presidente, Srs. Deputados, focalizando como focalizamos, em 1992 o Bicentenário do

martírio de Tiradentes.

No instante de crise nacional e ainda de fumaças no horizonte pró-separatismos de regiões, queremos dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados: "temos assistido a debates entre regiões, entre interesses regionais absolutamente legítimos, mas é preciso que haja compreensão de parte a parte, a fim de que o Brasil atingindo a sua unidade econômica que tanto desejamos, através do seu desenvolvimento não perca com a unidade econômica, com o desenvolvimento econômico aquilo que herdamos dos nossos antepassados, aquilo que nasceu com o descobrimento português, a unidade de interesses, a solidariedade nacional, a solidariedade espiritual, a solidariedade de todos quanto amam esse Brasil, portanto de ordem psicológica, humana, e antes de tudo, a certeza de que só seremos grandes se tivermos um futuro comum, amado de maneira comum com o mesmo entusiasmo, com a mesma paixão por todos nós brasileiros, daí teremos a certeza de que Tiradentes não morreu em vão."

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Lourenço Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Sr. Presidente, Srs. Deputados, na tarde de ontem fomos surpreendidos com a troca do Superintendente do Porto de Paranaguá, sai Mário Lobo e entra José Carlos Sanden Júnior.

Conheço esse Sr. apenas pelos jornais e sei que ocupa a Superintendência da FERROESTE. Gostaria, aqui, de colocar alto e bom som que me preocupa a troca do Superintendente do Porto de Paranaguá por uma pessoa que desconhece o Porto de Paranaguá. Existe mais de 20 técnicos portuários que trabalham no Porto de Paranaguá, que nasceram e se criaram dentro do Porto de Paranaguá e que foram esquecidos pelo Governador Mário Pereira. Não questiono, em hipótese alguma, esta troca do Porto de Paranaguá, porque com a mudança de Governo é certo que os cargos de confiança devem ser usados por pessoas de confiança, mas me preocupa, será que em 150 mil moradores do Município de Paranaguá nenhum merece a confiança do Governador? O porquê da minha preocupação? O Paraná vive a sua maior safra, a maior safra da história. O Porto está congestionado. São mais de 60 navios que estão no Porto de Paranaguá. Caminhões, mais de dois mil chegam por dia. Vagões, mais de oitocentos. Será que o momento da troca era esse? Será que a pessoa certa foi essa? Uma pessoa que acumulará dois cargos: o de superintendente da FERROESTE e de Superintendente do Porto de Paranaguá. Nem bem cuidará do Porto de Pa-

Só me preocupei pela desconsideração de não ter sido colocado o nome dos mais de 20 Engenheiros que estão trabalhando no Porto de Paranaguá, que assessoram os Superintendentes colocados desde a época de Chiquito Deliberador, no Porto de Paranaguá e que nunca entenderam de porto como o ex-actual Superintendente que também não entende de porto, mas aprendeu. Senhor Mário Lobo só temos a dizer o seguinte: o Sr. Mário Lobo conseguiu nos seus três anos de mandato do Porto de Paranaguá, unir porto e comunidade local. Agora, os seus problemas, ele terá que explicar à população do Estado e ao Governo Mário Pereira.

Srs. Deputados, a minha preocupação é com o Estado do Paraná, com a economia de Paranaguá e do Paraná e porque não, porque nunca mais tenha sido colocado um Engenheiro no Porto de Paranaguá e todos os Srs. sabem que defendo um técnico para o Porto de Paranaguá. Existem mais de 20 excelentes técnicos, inclusive uma Engenheira que foi premiada mundialmente pelos seus conhecimentos portuários e essa mesma Engenheira também não foi prestigiada, como os outros 19 Engenheiros que lá estão. Por isso, coloco aqui a minha posição. Paranaguá mais uma vez foi desconsiderada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra a Dalton Machuca.

(Declina).

Kielse Crisóstomo.

(Declina).

Edson Lino.

(Declina).

Arlindo Troian.

(Declina).

No grande expediente, concedo a palavra a Herma Brandão.

(Declina).

No horário das Lideranças: PTB.

(Declina).

PFL.

(Declina).

PT com a palavra.

Com a palavra o Sr. Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhoras Deputados.

Fui convocado hoje para comparecer na Prefeitura Municipal de Araucária para ser testemunha de um inquérito administrativo que foi instaurado contra vários professores daquele Município. Professores e Professoras: Ludimar, Creusa, Aparecida Salete, Siomar, Heleni, Madalena, Madalena, Jucimara, Belani, Julciane e Maria Helena. Qual o crime que esses professores cometeram para hoje serem submetidos a um inqué-

rito administrativo.

Em pleno final de século 20 quando se fala e se discute a liberdade, quando se fala no direito à cidadania, esses professores são acusados de três pontos. O primeiro deles: alega a administração daquele Município que esses Professores desobedeceram a administração pública e o ato de desobediência foi comparecer a uma assembleia da categoria, a uma assembleia convocada pelo Sindicato para discutir as condições de trabalho e de salário. Direito este garantido na Constituição, que é o direito de organização, de filiar-se e militar em sindicato e associações de classe. Este é um crime que esses professores cometeram segundo a administração pública da Prefeitura de Araucária.

O segundo ponto, são acusados de abusar do cargo que ocupavam e usufruir benesses, benesses essas que eram a de viajar para apresentar o trabalho pedagógico, a metodologia, o conteúdo que aquela Secretaria de Educação tinha e aplicava junto àquele Município, junto aos usuários do sistema de educação. São acusados de viajarem para algumas cidades do Brasil e para o exterior para apresentarem esse trabalho. Nenhum Professor daquele Município viajou para o exterior única e exclusivamente por vontade própria, até porque o salário pago a esses professores é impossível deles conseguirem comprar passagem, hospedagem em hotel e alimentação por longo tempo ou até no exterior. Toda vez que fizeram viagem foi com a liberação da Secretaria de Educação, com a liberação do Sr. Prefeito ao liberar a verba para pagar as despesas. Portanto, nenhum Professor se fez ausente do seu trabalho para lazer. Se fez ausente para apresentar um trabalho desenvolvido naquele Município: em congressos nacionais, seminários ou debates a nível nacional e internacional.

São acusados, aqueles Professores, que foram até outros municípios deram curso na área de formação educacional e pedagógica.

Cursos esses que eram preparados fora do horário de trabalho, mas que era consentido pela administração de Araucária.

Quando qualquer secretaria de outro município, quando qualquer outro prefeito solicitava profissionais do Município de Araucária para proferirem palestras e darem cursos, a Prefeitura consentia com estas viagens e agora são acusados de irem dar esses cursos quando havia o consentimento da Administração. E são acusados de receberem para esses cursos a ajuda de custo para se locomoverem até lá. O mesmo que eu disse antes - com a parca remuneração que recebem, se não tiverem ajuda de custo para se locomoverem de um município ao outro, é impossível que esses técnicos saiam daquele município para irem minis-

trar para outros professores.

Entendemos que isto nada mais é do que perseguição política-ideológica, por haver discordância ideológica no que diz respeito à área da educação. Ideológica em relação à metodologia de ensino, é que esses professores, hoje, são perseguidos.

Quando começou essa perseguição e o afastamento desses professores do cargo, tomei conhecimento através da minha assessoria, e denunciei à imprensa que estes fatos estavam ocorrendo.

Por esta razão tive que ir lá depor para assumir como aqui assumo a responsabilidade por estas matérias, para que esses professores não fossem também incriminados como desrespeito a autoridade por ter tornado público a perseguição política que na ocasião eram vítimas. Eles não fizeram isto. Quem o fez fui eu, porque em anos anteriores, por perseguição política eu também já havia sido demitido da Prefeitura de Araucária.

Portanto, aquele Município entra e sai Prefeito e parece, se não ler ideologicamente pela cartilha deles, são vítimas de perseguição e de autoritarismo. E acho um absurdo, em final de século, quando se discute democracia, um comportamento desse tipo, ou desse naipe, por parte de uma administração pública.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - PL.
No PDT, Algaci Túlio com a palavra.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada.

A minha presença na Tribuna desta Casa na tarde de hoje é para dizer que amanhã se comemora no País o Dia Nacional pela Paz no Trânsito.

Na verdade temos visto as tragédias que ocorrem no dia-a-dia no trânsito brasileiro. Uma verdadeira guerra que destrói cinquenta mil preciosas vidas, mais de 350 mil pessoas feridas e um prejuízo incalculável que deixa para a Nação brasileira.

Desta forma o Governo Federal resolveu decretar o dia 21 de abril como o Dia Nacional pela Paz no Trânsito. Em quase todas as capitais brasileiras se fará amanhã um ato de protesto, um ato de chamamento às autoridades, a motoristas, a pedestres, para que não se tenha mais tanta violência no trânsito brasileiro.

E em Curitiba através do CONSETRAN - Conselho Comunitário de Trânsito que é anexo a União Cívica Feminina Paranaense, que tem como grande líder a D. Dalila Lacerda, e também o Juiz Dr. Otávio César Valeixo, e do qual também fazemos parte, já encetamos algumas campanhas, iniciando, por exemplo, no dia 21 de março deste ano aqui defronte a Assembleia Legislativa, um mês de antecedência já esta campanha da

paz no trânsito, concentrando todos os órgãos envolvidos nesta área, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Rodoviária Estadual, BEPTRAN, IPPUC, enfim, todos os órgãos que dizem respeito a questão de trânsito em Curitiba e no Paraná. E várias frentes de trabalho, várias medidas foram tomadas no sentido de se conscientizar a população, especialmente o motorista, o pedestre, de que é necessária que haja um respeito maior as leis de trânsito, muito embora estas leis sejam leis bastante ultrapassadas e que lamentavelmente acabam até mais favorecendo os infratores do que punindo esses infratores.

Há a necessidade de uma lei específica e severa para regulamentar o trânsito brasileiro, um dos mais perigosos do mundo.

Ninguém contesta, discutível é o seu conteúdo. Tramita em Brasília o Projeto de Lei 3710 a espera de aprovação do Congresso Nacional que institui o novo Código de Trânsito Brasileiro A nova legislação de tráfego, à espera de aprovação no Congresso, já pode nascer com imperfeições que trarão problemas no futuro.

Que há necessidade de uma lei específica e severa para regular o trânsito brasileiro, um dos mais perigosos do mundo, ninguém contesta. Discutível é o seu conteúdo. Tramita em Brasília o Projeto de Lei nº 3.710, à espera de aprovação do Congresso Nacional, que institui o novo Código de Trânsito Brasileiro. Durante seu longo processo de criação, entretanto, algumas excelentes propostas se perderam no caminho.

A idéia de renová-lo começou em 1990, com a instituição do Ano Brasileiro do Acidente de Trânsito. Um decreto, publicado em junho de 1991, pelo então presidente Fernando Collor de Mello, previa a criação de uma comissão para elaborar outro código. Quinze pessoas ligadas a atividades automobilísticas foram chamadas. Depois de sete meses de reuniões, o trabalho final foi entregue, em fevereiro de 1992, ao Ministério da Justiça, que alterou completamente nosso texto antes de remetê-lo ao Congresso: mudou o conceito dos crimes de trânsito e mexeu em toda a estrutura da competência dos órgãos e nas atribuições do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN). Na mesma época, o Deputado Bento Mansur apresentou outro projeto. Criou-se, então, uma comissão especial para fundir as duas propostas, trabalho concluído em dezembro passado e à espera de aprovação no Congresso.

Há alguns pontos muito bem resolvidos neste projeto: as regras gerais de circulação e conduta no trânsito; o tratamento para os pedestres; a educação para o trânsito; a segurança dos veículos; o transporte dos escolares; os cursos de re-

ciclagem e a volta dos crimes de trânsito. Outros, no entanto, devem ser rediscutidos. O mais visível é o tamanho do código: 325 artigos. Só para comparar, o atual Código Penal, que regula todas as infrações da área criminal, tem 361. Um outro inconveniente está na burocratização do CONTRAN. Ele passará a ser composto por 26 membros de todo o País. Vai ser quase impossível reunir todas essas pessoas na hora de debater certas questões.

Uma outra falha aparece no processo de habilitação, que pouco mudou em relação ao atual, já ineficiente. A solução, nesse caso, seria o credenciamento de institutos idôneos, particulares ou públicos, que verificariam a capacidade do possível condutor, enquanto o DETRAN expediria a carteira. A vantagem? Estes institutos teriam mais estrutura e menos corrupção do que o Estado.

O novo código aumentou também a burocracia na habilitação. Aprovado no exame, o condutor fica doze meses em experiência. Se não cometer infrações graves nesse período, terá sua carteira expedida. Por que não confeccionar logo a definitiva e cassá-la no caso de serem registradas muitas multas no primeiro ano? Além disso, esse período de experiência é dispensado aos militares, que se habilitam nos quartéis. Uma concessão mais do que injusta em relação ao cidadão comum.

Mas é o artigo 281 que mais me assusta, pois cria, oficialmente, a figura do delator.

Ou seja: qualquer cidadão poderá comunicar as infrações por escrito ao DETRAN. Se a acusação for considerada consistente, o infrator deverá apresentar a defesa em trinta dias. Como o ser humano não é perfeito, poderá utilizar esse mecanismo para comunicar coisas não verdadeiras."

Esta é a situação, Senhores Parlamentares, de uma discussão de um assunto que é por demais importante para todos nós, e é preciso que o Congresso Nacional agilize essa discussão porque este novo código de trânsito está desde 1990 engavetado no Ministério da Justiça. Nós mesmos, através desta Casa, há três anos atrás, fizemos um ofício ao Ministro da Justiça da época pedindo o dessengavetamento desse processo para que viesse a ser analisado, viesse a ser debatido, porque o trânsito brasileiro não pode esperar mais, as vidas preciosas que são roubadas no dia-a-dia do trânsito brasileiro não podem mais pagar pela ineficiência, pela morosidade, não só da justiça, mas também do Legislativo no caso do Congresso e do Senado.

Por isso, no dia em que venho aqui a esta Tribuna conchamar os Senhores Parlamentares para que passemos a discutir com mais veemência a questão da segurança, a

questão do trânsito é porque não dá mais para suportar.

Ainda nesses últimos dias, tivemos acidentes gravíssimos, um acidente com dois ônibus em São Paulo, que matou 9 pessoas e causou ferimentos em mais de cem pessoas e também aqui em Curitiba, um motorista de ônibus, irresponsável embriagado acabou provocando um acidente engavetando 20 veículos, causando muitos ferimentos.

Por isso, Senhor Presidente, amanhã esta Casa estará representada num ato público que faremos aqui em Curitiba, na Av. Cândido de Abreu esquina com Inácio Lustosa, defronte ao Shopping Mueller, juntamente com a Prefeitura, o IPPUC, BEPTRAN, Polícias Rodoviária Estadual e Federal, órgãos ligados ao CONTRAN, como farão outras cidades também, este protesto, mais de 200 crianças vão dramatizar a vida do cotidiano no trânsito e nós estaremos também representando esta Casa, neste ato que visa conscientizar motoristas, pedestres, enfim a todos para que se dê um basta na violência do trânsito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - PMDB com a palavra. (Declina)

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Elio Rusch, constante do expediente, comunicando sua ausência na presente Sessão Plenária, em função de viagem ao Município de Nova Santa Rosa, no Oeste do Paraná. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Edson Silva Lino, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 218/92, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que cria o atendimento psicológico e de serviço social junto às Delegacias do Estado, regulamentando inicialmente o seu atendimento. Com PARECERES CONTRÁRIO da C.C.J. e FAVORÁVEIS da C.S.P. e S.P.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J..

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 218/92
EMENDA DE PLENÁRIO N° 01

P A R E C E R:

O presente parecer tem por objeto a análise da emenda de Plenário de autoria do Deputado Oswaldo Trevisan, apresentada ao Projeto de Lei n° 218/92, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que tem o cunho de criar o atendimento psicológico e de serviço social junto às Delegacias de Polícia do Estado do Paraná.

A Emenda em epígrafe objetiva instituir o caráter de autorização ao Poder Executivo de regulamentação da Proposição em tela, e neste sentido nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa da emenda, estando a mesma em condições de merecer a apreciação do Plenário desta Casa.

Nestas condições, emitimos nosso parecer favorável, opinando pela apreciação da emenda aditiva em Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.09.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NILTON BARBOSA - Relator

Apoiamento: Arlindo Troian, João Iensen, Nelson Garcia, Júlio Bifon, Luiz Antonio Setti, Oswaldo Trevisan, Toti Colaço, Costenaro Neto, José Arthur Ritti, Paulo Maia, Emilia Belinati.

Aprovado o Projeto, artigo por artigo.

Emenda. Aprovada.

O Projeto irá à 3.^a discussão na Sessão de segunda-feira.

ITEM 02

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 003/94, de autoria da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, que aprova o Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, para a construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, no Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.E.M.A.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.E.M.A.. APRECIAR NESTE TURNO O SUBSTITUTIVO GERAL APROVADO EM 2.^a DISCUSSÃO.

Iremos apreciar apenas o Substitutivo Geral apresentado em 2.^a Discussão.

Aprovado o Substitutivo.

O SR. DR. ROSINHA - Requeiro Verificação de Votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Requeiro Chamada Nominal.

O SR. 1° SECRETÁRIO - Procede a Chamada Nominal.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Vinte e nove Srs. Deputados responderam a chamada, há quórum para prosseguimento e deliberação durante a Sessão. Solicito aos Srs. Deputados que retomem os seus lugares

Curitiba, quarta, em 20.04.94

para que possamos proceder Verificação de Votação solicitada pelo Deputado Florisvaldo Fier.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis ao Projeto de Resolução n° 03/94, nesse turno votando apenas o Substitutivo aprovado em 2.^a Discussão, os que forem favoráveis queiram levantar-se. Aprovado por unanimidade.

ITEM 03

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 020/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do Município de Campo Magro, desmembrado do Município de Almirante Tamandaré. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO, COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

DOSSIÊ PARA A JUSTIFICATIVA DE ELABORAÇÃO DO PROJETO DE LEI DE CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO, A SER DESMEMBRADO DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, ESTADO DO PARANÁ.

REFERÊNCIAS HISTÓRICAS DO DISTRITO DE CAMPO MAGRO.

Primeiros sítios efetivos: Capitão Antonio Rodrigues Seixas, Escrivão da Vila, genro de Balthazar Carrasco dos Reis, possuía um sítio em Campo Magro; Manoel Soares e Aleixo Cabral, no Passaúna, caminho das minas de Itambê (Assungui) em 1.693.

Lei n° 970 de 09 de abril de 1.910, cria o distrito judiciário de Campo Magro.

Lei n° 44, de 16 de abril de 1949, cria no distrito de Campo Magro os seguintes quarteirões: Urbano da Sede, Ouro Fino, Cerro Negro, Conceição, Queimadas, Vargem, Campo Novo, Colônia Dom Pedro e Passaúna.

ÁREA SEGUNDO AS UNIDADES MUNICIPAIS

Área em Km² 340,1

DELIMITAÇÃO DOS QUADROS URBANOS
E SUBURBANOS

(Decreto n° 1.972, de 30 de dezembro de 1943, publicado no Diário Oficial em 31 de dezembro de 1943).

Art. 17 área do quadro urbano do povoado de Campo Magro, no Município de Curitiba, e atualmente Almirante Tamandaré, fica delimitado pelas linhas seguintes:

Principia num marco colocado a margem direita da Estrada Curitiba - Porto Alvorada, n° Km 21 mais 784 metros, daí em reta de rumo verdadeiro, 34°35 SO, medindo 294,80 metros alcança um marco; deste marco, em reta de rumo verdadeiro 53°21 NO,

alcança outro marco colocado na estrada principal na distância de 132,5 metros, confrontando com terras ocupadas por José Favoreto; daí, segue pela estrada no sentido sudoeste até a encruzilhada com estrada para Rondinha, pela qual segue, no sentido sudoeste, até encontrar um marco colocado no barranco esquerdo da mesma estrada; daí em rumo $23^{\circ}32'$ NO, segue em reta medindo 100,00 metros, encontrando uma estrada vicinal, segue por esta até encontrar um marco colocado a 12,00 metros da encruzilhada com Estrada Curitiba - Porto Alvorada; deste em reta ao rumo $39^{\circ}40'$ NE e distância de 426,00 metros, ao marco posto sobre, uma lomba, segue por este através do Córrego Rio Verde; sobre uma pequena lomba até um marco cravado sobre esta; deste marco em reta $34^{\circ}39'$ SO, e distância de 252,00 metros, ao marco ponto de partida da presente descrição.

Art. 18 - O quadro suburbano fica delimitado de forma seguinte: Partindo do marco no quilômetro 23, da Estrada Curitiba - Porto Alvorada, segue reto de rumo verdadeiro $54^{\circ}50'$ NE e distância de 482,00 metros, até o marco, colocado sobre uma lomba; daí em reta de rumo $54^{\circ}00'$ SE e distância de 1.106,00 metros a um marco posto a uma margem esquerda do Córrego Rio Verde; daí, com rumo de $11^{\circ}50'$ SO, em reta de 476,00 metros até um marco sobre uma lomba deste em reta de $54^{\circ}30'$ SO, e distância de 798,00 metros, alcança um marco; daí segue em reta de $54^{\circ}30'$ SO, e distância de 622,00 metros, até alcançar um marco, deste em linha seca de rumo $67^{\circ}00'$ NO, alcança aos 342,00 metros um marco colocado junto a um vai e estrada para Rondinha; deste ponto, em linha reta em rumo de $11^{\circ}25'$ NE, distância de 1.533,00 metros, até alcançar o marco onde teve início a presente descrição. Curitiba, 30 de dezembro de 1.943, 122 anos da Independência e 53 da República. (aa) Manoel Ribas, Rozaldo Gomes de Melo Leitão, Angelo Lopes, Cap. Fernando Flores.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 020/93

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL N° 01

P A R E C E R:

A Emenda n° 01 ao Projeto de Resolução n° 020/93, que autoriza realização de plebiscito na área que especifica, sobre a criação do Município de Campo Magro, desmembrado do Município de Almirante Tamandaré.

A emenda mencionada visa somente corrigir limites e confrontações, sendo apresentada dentro da forma e prazo regimental.

Após análise constitucional, legal e

regimental nada foi constatado que possa impedir sua tramitação regimental.

Nestas condições, somos de parecer favorável ao seu encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.04.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

DALTON MACHUCA - Relator

Apoio: Costenaro Neto, Nelson Garcia, Colombino Grassano, Toti Colago, Milton Barbosa, Arlindo Troian, Djalma de Almeida César, Paulo Maia, Emilia Belinati, voto contrário e Ernani Pudell.

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa Corretiva de Plenário à Emenda Substitutiva Geral, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA CORRETIVA
DE PLENÁRIO DE N° 02EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL, AO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 020/93

Artigo Único - O Projeto de Resolução n° 020/93 passa a ter a seguinte redação:

Art. 1° - Fica autorizada a realização do plebiscito na área adiante descrita, para que a população decida sobre a criação do Município de Campo Magro, desmembrado do Município de Almirante Tamandaré e com as divisas abaixo descritas:

- Começa no marco das divisas dos Municípios de Almirante Tamandaré, Curitiba e Campo Largo. Segue pelas margens direita do rio Ourino Fino até encontrar o rio Capiwara, no Município de Campo Largo. Segue pelas margens direita do rio Capiwara até a foz do rio Betara, e segue por este até encontrar a foz do rio Pocinho com a estrada Capiwara dos Ferreiras, no Município de Itaperuçu. Da foz do rio Pocinho com a estrada Capiwara dos Ferreiras, segue pela referida estrada até o rio Ilhéus. Do rio Ilhéus, segue pela estrada da Barra de Santa Rita até o rio da Barra de Santa Rita. Do rio da Barra de Santa Rita, segue pela estrada do Campo Novo até encontrar o rio Juriqui. Segue pela margem esquerda do rio Juriqui, no Município de Almirante Tamandaré, até o encontro com o rio Passaúma. Segue pela margem direita do rio Passaúma até encontrar o marco das divisas dos Municípios de Almirante Tamandaré, Curitiba e Campo Largo, ponto inicial e final.

Art. 2° - O perímetro urbano do Município terá as seguintes divisas:

- Principia num marco colocado à margem direita da estrada Curitiba - Porto Alvorada, km 21, mais 784 metros, daí em reta de rumo verdadeiro, $34^{\circ}35'$ SO, medindo 294,00 metros alcança um marco: deste marco, em reta de rumo verdadeiro $53^{\circ}21'$ NO,

alcança outro marco colocado na estrada principal na distância de 132,5 metros, confrontando com terras ocupadas por José Favoreto; daí, segue pela estrada no sentido sudoeste até a encruzilhada com estrada para Rondinha, pela qual segue, no sentido sudoeste, até encontrar um marco colocado no barranco esquerdo da mesma estrada; daí em rumo 23°32'NO, segue em reta medindo 100,00 metros, encontrando uma estrada vicinal, segue por esta até encontrar um marco colocado a 12,00 metros da encruzilhada com estrada Curitiba - Porto Alvorada; desce em reta ao rumo 39°40'NE e distância de 426,00 metros, ao marco posto sobre uma lomba, segue por esta através do Córrego Rio Verde; sobre uma pequena lomba até um marco cravado sobre esta; deste marco em reta 34°39'SO, e distância de 252,00 metros, ao marco ponto de partida da presente descrição.

Art. 3º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.04.94.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoiamento: Luiz Carlos Zuk, Hermas Brandão, Heinz Herwig e Luiz Carlos Alborghetti.

O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça, para ser analisado.

ITEM 04

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 764/93, de autoria do Deputado Alceu Swarowski. Autoriza o Poder Executivo a disciplinar a forma de elaboração das folhas de pagamento das pensões previdenciárias. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 178, de 14.12.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 764/93

Autor: Deputado Alceu Swarowski

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei nº 764/93, de autoria do nobre Deputado Alceu Swarowski, tem por objetivo disciplinar o disposto nos §§ 3º e 4º do artigo 35, da Constituição Estadual, ficando o Poder Executivo autorizado a assim proceder, fazendo constar, especificamente, cada parcela da remuneração integral que ex-segurados teriam, se vivos fossem, adotando-se os mesmos códigos das fontes pagadoras dos servidores em atividade.

Sob o aspecto legal, regimental e constitucional, esta Comissão de Constituição e Justiça nada tem a opor, emitindo portanto parecer favorável, à sua normal tramitação.

É o parecer.

Curitiba, quarta, em 20.04.94

Sala das Comissões, em 22.02.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NELSON GARCIA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 764/93

P A R E C E R:

A proposição em epígrafe, de autoria do Deputado Alceu Swarowski, visa disciplinar a forma de elaboração das folhas de pagamentos das pensões previdenciárias, benefícios que são tratados nos §§ 3º e 4º do art. 35 da Constituição Estadual.

No mérito, e sobre competência desta Comissão, conforme disposto no § 3º do art. 33 do Regimento Interno deste Poder, o plano de lei em exame merece parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11.04.94.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

OVIDIO CONSTANTINO - Relator

ITEM 05

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 043/94, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que autoriza o Poder Executivo a doar área de propriedade do Governo do Estado do Paraná, à Prefeitura Municipal de Engenheiro Beltrão. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 10, de 01.03.94).

MEMORIAL DESCRITIVO

Do lote nº 45-E, com a área de 50.000,00 m², Secção Água Grande, Gleba Rio Mourão, Município de Engenheiro Beltrão, Estado do Paraná.

LIMITES E CONFRONTAÇÕES

Partindo de um marco à margem direita da Estrada que liga Campo Mourão à Maringá, segue medindo 395,00 metros, com o rumo de 37°00'NO, confrontando com o lote nº 45-D; segue medindo 103,00 metros com o rumo de 40°50'NE, confrontando com o lote nº 43-K; segue medindo 398,00 metros com o rumo de 30°00'NO, confrontando com o lote nº 45-F, até a margem da estrada que liga Campo Mourão à Maringá; segue medindo 148,00 metros com o rumo de 52°20'SO pela dita estrada até o ponto de partida.

Engenheiro Beltrão, 31.01.94.

Prefeitura Municipal de Eng. Beltrão

(a) Eng. Civil Carlos A. Anizelli

Diretor do D.E.S.P.

REGISTRO DE IMÓVEIS

Engenheiro Beltrão - PR

Wilson de Oliveira - Oficial

CERTIDÃO

Livro 2 - Registro Geral

Matrícula nº 6.084 - Data 14.05.1982

I M Ó V E L - constituído pelo lote nº

45-E, da Secção Água Grande, Gleba Rio Mourão, deste município, situado à margem direita da estrada que vai do rio Ivaí a Peabiru, entre os quilômetros 7 e 8, com 150,00 metros de frente para estrada com localização aprovada e destinada para construção de casas da turma e dependências para conservação de estrada de rodagem, com a área de 50.000 m² ou 5 ha., correspondente a 2,06 alqueires, com os seguintes limites e confrontações: "ao norte por um alinhamento de 395,0 metros medidos no rumo verdadeiro de 48°30'NO que parte da estrada de rodagem Ivaí a Peabiru e atravessa o córrego Sussuí, confrontando com os lotes n°s 43-A e 45-D, a leste pela referida estrada numa extensão de 150,00 metros, ao sul e a sudoeste por um alinhamento de 398,00 metros medidos no rumo verdadeiro de 42°0'NO que passe junto ao referido córrego dividindo com os lotes n°s 45-F e 45-G, a oeste, por um alinhamento de 103 metros, medidos no rumo verdadeiro de 42°30'NE confrontando com o lote n° 43-G desta Secção".

PROPRIETÁRIO - SOCIEDADE TÉCNICA E COLONIZADORA ENGENHEIRO BELTRÃO LTDA., sociedade civil, com sede na Capital deste Estado, inscrito no CGC sob n° 76.557.573/0001-05. REGISTRO ANTERIOR - 7, do Registro de Imóveis da Comarca de Campo Mourão (1° Ofício), jurisdição outrora competente.

ENGENHEIRO BELTRÃO, 14.05.1982.

(a) O Oficial (Wilson de Oliveira).

Emls. Nihil.

R. 01/6.084 - DATA 14 DE MAIO DE 1982. Por escritura pública de transferência de bens imóveis de 30 de outubro de 1950, lavrada nas notas do 6° tabelionato de Curitiba, às fls. 165, do livro 26-E, o ESTADO DO PARANÁ, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, representado por seu bastante procurador, Raul de Azevedo Macedo, houve a SOCIEDADE TÉCNICA E COLONIZADORA ENGENHEIRO BELTRÃO LTDA., sociedade civil, com sede na Capital deste Estado, representada pelo seu diretor gerente, Alexandre Beltrão, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente e domiciliado em Curitiba, o imóvel acima mencionado, pelo preço de CR\$ 680.000,00 (seiscentos e oitenta mil cruzeiros) "antigos", incluído com outros imóveis descritos na escritura. Certificado de quitação n° 321645, expedido pela Agência do IAPAS de Curitiba. (Documentos arquivados neste Ofício sob n° 089/82). ENGENHEIRO BELTRÃO, 14 DE MAIO DE 1982. (a) O Oficial (Wilson de Oliveira). Emls. CR\$ 4.500,00.

AV. 02/6.084 - DATA 13 DE MARÇO DE 1986. "AVERBAÇÃO". Conforme escritura pública de re-ratificação de 18 de dezembro de 1985, lavrada nas notas do 3° tabelionato da ci-

dade de Curitiba, neste Estado, às fls. 82, do livro n° 507, entre a SOCIEDADE TÉCNICA E COLONIZADORA ENGENHEIRO BELTRÃO LTDA., e o ESTADO DO PARANÁ, arquivada neste Ofício sob n° 032/86, fica cancelada a condição sobre o imóvel acima, "destinado para construção de casas e dependências para conservação de estrada de rodagem". Ratificam os demais termos da escritura pública de transferência de bens imóveis de 30 de outubro de 1950, lavrada nas notas do 6° tabelionato de Curitiba, às fls. 165, do livro n° 26-E. ENGENHEIRO BELTRÃO, 13 DE MARÇO DE 1986. (a) O Oficial (Wilson de Oliveira).

Certidão fornecida nos termos do § 1° do art. 19, da Lei 6.016 de 31/12/73, alterada pela Lei 6.216 de 30/06/76.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 043/94

P A R E C E R:

I - O nobre Parlamentar propõe projeto de lei que visa autorizar o Poder Executivo a doar área de sua propriedade ao Município de Engenheiro Beltrão.

II - Para que o projeto tenha por merecer manifestação favorável, necessita da inclusão de mais artigo que trate da cláusula de reversão, pois o imóvel doado deve ser utilizado pelo donatário exclusivamente para as finalidades estabelecidas na justificativa que consta do mesmo. O imóvel deve reverter automaticamente ao patrimônio do Estado caso lhe seja dada destinação diversa da prevista, condição resolutiva esta que deverá constar da respectiva escritura de doação.

III - Diante do exposto, apresenta a seguinte emenda:

"Art. 2° - O imóvel de que trata o artigo anterior será utilizado pelo donatário exclusivamente para a construção de unidades habitacionais para famílias de baixa renda, revertendo automaticamente ao patrimônio do Estado caso descumprida tal finalidade."

IV - Com a aprovação dessa emenda, o presente projeto fica em condições de ser apreciado pelo douto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.03.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

EMILIA BELINATI - Relatora

Apoiamento: Oswaldo Trevisan, Alceu Swarowski, Toti Colaço, Nilton Barbosa, Djalma de Almeida César, José Arthur Ritti.

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PROJETO DE LEI N° 043/94

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Nelson Garcia, o projeto de lei em exame, tem por

finalidade autorizar o Poder Executivo a doar área de propriedade do Governo do Estado do Paraná, à Prefeitura Municipal de Engenheiro Beltrão.

A matéria foi analisada anteriormente pela Comissão de Constituição e Justiça, que pronunciou-se favorável, com a inclusão da cláusula de reversão no referido projeto de lei.

Neste sentido, esta Comissão Técnica, segue o entendimento da Comissão supracitada, manifestando-se favorável à aprovação da matéria, na forma da Emenda apresentada.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.04.94.

(aa) TOTI COLAÇO - Presidente

DUILIO GENARI - Relator

ITEM 06

1.^a DISCUSSÃO do Projeto de Lei n° 063/94, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que altera o § 29 do Art. 1° da Lei n° 253/54. (divisa do Município de Jaguariaíva com o Município de Arapoti). COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 17 de 14.03.94)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 063/94

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Erondy Silvério, o Projeto de Lei n° 063/94, tem por finalidade alterar o § 29 do Art. 1° da Lei n° 253/54 (Divisa do Município de Jaguariaíva com o Município de Arapoti).

Da análise do referido projeto, razão de não encontrarmos nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.03.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PROJETO DE LEI N° 063/94

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Erondy Silvério, o presente plano de lei, objetiva alterar o § 29 do Art. 1° da Lei n° 253 (Divisa do Município de Jaguariaíva com o Município de Arapoti).

Analisada a medida pela douta Comissão de Constituição e Justiça, recebeu desta parecer favorável.

Esta Comissão no que diz respeito ao mérito da proposta, não encontrou nenhum impedimento a sua tramitação normal.

Isto posto nosso parecer é favorável à aprovação do projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.04.94.

Curitiba, quarta, em 20.04.94

(aa) TOTI COLAÇO - Presidente

LUIZ CARLOS ZUK - Relator

ITEM 07

1.^a DISCUSSÃO do Projeto de Lei n° 074/94, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que declara de Utilidade Pública a PROVOPAR Ação Social de Teixeira Soares - PR. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 20 de 17.03.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 074/94

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Erondy Silvério, o Projeto de Lei n° 064/94, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a PROVOPAR Ação Social de Teixeira Soares - PR.

Da análise do referido projeto, em razão do mesmo atender ao disposto na Lei n° 6.994/78, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.04.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

ITEM 08

1.^a DISCUSSÃO do Projeto de Lei n° 086/94, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Pinhais, com sede e foro em Pinhais. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 22 de 21.03.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 086/94

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Anibal Khury o Projeto de Lei n° 086/94, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Pinhais, com sede e foro no Município de Pinhais.

Da análise do referido projeto, uma vez que o mesmo atende às exigências da Lei n° 6.994/78, opinamos favoravelmente.

Sala das Comissões, em 12.04.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

O SR., PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a Mesa, Requerimento n° 882, de autoria do Sr. Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 883 a 902 e 913, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do Expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 903 a 905, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 906 a 910, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 911, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimentos n°s 912 e 915, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 877, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente de Sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 880, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Retirado pelo autor.

Requerimento n° 760, de autoria do Sr. Deputado Algaci Tílio, constante do expediente de Sessão anterior. Retirado pelo autor.

Requerimento n° 879, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constante do expediente de Sessão anterior. À Presidência para opinar.

Antes de encerrar a Sessão, a Presidência responde à questão de ordem formulada pelo Deputado Nelson Garcia, na Sessão de ontem.

"O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e na condição de líder da Bancada do PFL requer que a Presidência pronuncie sobre a seguinte questão de ordem: com a diminuição da Bancada do PL que permanece com um Deputado, formulamos a questão de ordem para esclarecer se a mesma Bancada continua com a representação perante as Comissões permanentes.

Sala das Sessões, em 19.04.94

(a) Deputado Nelson Garcia
Líder da Bancada do PFL"

"Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná
Gabinete da Presidência

O Deputado Nelson Garcia formula questão de ordem a esta Presidência, no sentido de esclarecer se o Partido Liberal,

tendo ficado com somente um Deputado em sua representação, tem direito a participar das Comissões Técnicas Permanentes.

Passo a decidir:

Em primeiro lugar, determina o Regimento Interno, no Parágrafo 4° do Artigo 10, que:

' O Partido com Bancada inferior a dois Deputados não terá Liderança, mas poderá expor a posição do Partido quando da votação das Proposições, ou para uso da palavra, uma vez por semana, por cinco minutos, durante o período destinado às comunicações de Lideranças.'

Da citada norma, infere-se que deve existir um número mínimo de Deputados por Bancada, para que esta participe das Comissões. Aliás, este é o sentido decorrente da disposição constante do Art. 31, do Regimento Interno que, ao determinar que as Comissões sejam organizadas dividindo-se o número de membros da Assembléia pelo número de membros de cada Comissão, faz que dessa divisão surja um quociente, uma constante, que serve para determinação do número de membros de cada Bancada na respectiva Comissão.

Este mesmo número, o quociente supracitado, é o índice mínimo necessário para a participação nas Comissões.

Este entendimento é retirado, também, de resposta a questão de ordem efetuada pelo Sr. Deputado Paulo Maia, em 20 de fevereiro de 1991, onde fica dito que a participação de um partido político é possível quando este atinge o nível mínimo necessário, que se consubstancia no quociente resultante do cálculo supramencionado, bem como frisa 'não haver obrigatoriedade constitucional de representação de todos os partidos nas Comissões Permanentes desta Casa'.

Diante do exposto, pelo fato de o Partido Liberal não possuir, de momento, o número de Deputados suficiente para se fazer representar nas Comissões e, atendendo ao que determina o Regimento Interno, a questão de ordem do Deputado Paulo Maia decidida em 20 de fevereiro de 1991, e, o próprio princípio da representação proporcional, fica o Partido Liberal excluído da participação nos órgãos técnico-parlamentares desta Casa.

Posto isso, esta Presidência promove o recálculo da composição das Comissões para nova distribuição das vagas criadas com a exclusão do Partido Liberal, bem como pela movimentação representativa dos Partidos PTB, PSDB e PP, da forma que se segue:

QUOCIENTE PARA RECOMPOR AS COMISSÕES PERMANENTES, TENDO EM VISTA
AS ALTERAÇÕES PARTIDÁRIAS NESTA DATA (20/04/94)

15:20

-4-

PARTIDO / Nº DEPUTADOS	C.C.J. / Nº DEPUTADOS	OUTRAS / Nº DEPUTADOS	CERC / Nº DEPUTADOS
PMDB 12	3,33 03	1,55 02	1,11 01
PP 12	3,33 03	1,55 02	1,11 01
PTB 11	3,05 03	1,42 01	1,01 01
PDT 07	1,94 02	0,90 01	0,64 01
PFL 05	1,38 02	0,64 01	0,46 01
PT 03	0,83 01	0,38 00	0,27 00
PSDB 03	0,83 01	0,38 00	0,27 00
PL 01	0,27 00	0,12 00	0,09 00

Sala das Sessões, em 20.04.94
(a) ORLANDO PESSUTI - Presidente"

Solicito que a questão de ordem ora decidida seja transcrita em livro próprio.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, de acordo com o artigo 31 foi que V. Exa. tomou a decisão. Consulto a Mesa se o estabelecido no artigo 31 não é válido para o início do ano legislativo.

Porque é o entendimento que a nossa Bancada tem deste artigo: "... no início do ano legislativo ou de cada legislatura faz-se os cálculos e este cálculo é mantido por todo o período". Porque, pelo menos, tem sido a conduta da mesa até o momento. Em anos anteriores houve flutuação partidária e a Mesa Executiva da Assembleia Legislativa não fez o recálculo por todas as mudanças. Somente veio a fazer agora. Por que fez essa leitura do Regimento Interno fazendo isso somente agora?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Dr. Rosinha, estamos à frente da Presidência da Assembleia há 14 meses, e,

neste período, esta já é a segunda vez que promovemos o recálculo, terceira vez, que fazemos a recomposição das Bancadas. E todas as vezes em que as movimentações partidárias influem na composição das Comissões Permanentes esta Presidência assim procederá.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 25, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 218/92.
- 2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 743, 764/93 e 043, 063, 074, 086/94.
- 1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 084, 088, 103, 120/94.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

Motoristas alcoolizados

"Psiquiatra quer mais rigor contra embriaguez no trânsito"

O Presidente do Conselho Estadual de Entorpecentes do Paraná sugere medidas rigorosas contra quem dirige embriagado.

Para Herbert Soares Vargas, 6 decigramas de álcool em 100 cc de sangue já é parâmetro de embriaguez.

Folha de Londrina

Quinta-feira, 14 de abril de 1994.

Plano Viário pode diminuir o problema

O reflexo da falta de meios da Prefeitura de Londrina para cuidar do seu trânsito é de infra-estrutura e começa do Plano Diretor da cidade que está atrasado 10 anos. Junto ao Plano Diretor está o Plano Viário que define o fluxo, sinalização, vias preferenciais e tudo que ajude a harmonizar o trânsito e evitar acidentes. O responsável pelo setor é diretor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina (IPPUL), Helly Bretas. Luta sozinho com a ajuda de estagiários das faculdades de arquitetura da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e do Centro de Estudos Superiores de Londrina (CESULON). Bretas revelou que precisa, pelo menos, de cinco arquitetos, três engenheiros de tráfego, dois desenhistas e uma datilógrafa, para dar início aos projetos de implantação do novo Plano Diretor da cidade que continua engavetado.

Ele chama a atenção para diversos pontos a serem resolvidos no trânsito de Londrina e evidencia, que "se o transporte coletivo fosse eficiente, o motorista londrinense deixaria o carro em casa e ajudaria a evitar os constantes tumultos nas vias e os acidentes". Uma de suas primeiras propostas "é melhorar o transporte coletivo e implantar um sistema viário nos moldes de Curitiba". O fator principal do projeto, seria dar mais ao fluxo aos ônibus por intermédio de canalizações especiais, principalmente na área central de Londrina. O diretor diz que também é necessário fazer uma avaliação para os 2.000 quebra-molas instalados em Londrina, que não estão sendo suficientes para diminuir os acidentes. Bretas, concorda que "educar o povo é o melhor meio para se começar a atacar o grave problema de nosso trânsito".

Psicóloga defende menores na direção

A psicóloga Julieta Aráuz é uma das executantes da única pesquisa sobre o perfil comportamental do adolescente no trânsito feita no Brasil. Segundo Julieta, a pesquisa foi realizada em 1988, unindo o Departamento Nacional de Trânsito e a Universidade Estadual de Londrina e continua servindo perfeitamente para se fazer uma avaliação atual do problema. Por intermédio da pesquisa a psicóloga chegou a conclusão que o menor deve ser habilitado para dirigir veículos a partir dos 16 anos. A proposta seria a expedição de uma pré-habilitação mediante rígidos exames de direção, psicológico e sobre sinais e leis de trânsito. Até os 18 anos o menor seria avaliado, para depois conseguir definitivamente a carteira de habilitação. Quanto ao alto índice de acidentes praticados por menores a psicóloga afirma que "é decorrência da própria ilegalidade do ato de estarem na direção dos veículos, sem serem controlados e fiscalizados".

Julieta chama de "hipócrita" a ideia de que os adolescentes não possam habilitar-se, "enquanto seus pais lhes emprestam ou dão de presente os veículos". Ela disse que tem "bronca" desses pais quando os filhos são detidos pela polícia. "Eles mentem na Justiça acusando os menores de furtarem as chaves, promovendo a falsidade e congozando os filhos," afirmou.

Começando por este fato negativo, a psicóloga enfatiza que seria "até de ordem moral e ética se habilitar os menores, principalmente, quando já se faz competição oficial de velocidade em veículos motorizados dirigidos até por crianças de 9 anos (corridas de kart, motocicleta, etc)."

Quanto ao motorista infrator ela denuncia à família como a principal responsável. Julieta, pela sua longa vivência e experiências no assunto não tem dúvidas, em afirmar que "uma pessoa, seja qual for a idade, vivendo em uma família estruturada tem tudo para ser bom motorista". Para ela o infrator no trânsito é um insatisfeito na lar e na sociedade, que busca afirmações sem medir as consequências.

Paulo Ubratan

Durante os três primeiros meses deste ano o trânsito louco de Londrina já matou 26 pessoas e fez 412 feridos nos 1.026 acidentes que ocorreram nas zonas urbana e periurbana da cidade. Até o fim do ano, se persistirem as proporções de mortos e feridos, a comunidade londrinense e o Estado deverão arcar com prejuízos que podem chegar a US\$ 4 bilhões. Este valor está baseado em cálculos da Organização Mundial da Saúde, que projetou durante todo o ano de 1993 as consequências do trânsito em diversas cidades do Terceiro Mundo. Segundo o relatório, cada vítima de trânsito nessas cidades custam aproximadamente US\$ 5 mil em despesas secas incluindo-se o tempo parado e improdutivo e os gastos com honorários médicos e diárias de hospitais. No caso de Londrina, o prejuízo médio mensal em 1994 anexo com a astronômica cifra de US\$ 373 mil. "Para cada morte no trânsito sempre restarão seis feridos que sobreviverão com lesões temporárias ou permanentes," é a estimativa feita para este ano do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN). Segundo os índices de acidentes fornecidos pelo 5º Batalhão da Polícia Militar e Delegacia de Trânsito de Londrina, em números reais, 45% das vítimas mortais e feridas estavam pilotando motocicletas e 20% estavam praticando tachas com seus veículos. Os dois órgãos não registaram vítimas com ferimentos leves. Segundo o Batalhão de Trânsito de Londrina, um dos fatores que ajudam a impunidade no trânsito é a falta de computador para registrar os infratores reincidentes. Não existe levantamento a respeito

Para uma frota de 126.000 veículos licenciados e mais ou menos 150.000 em circulação, os londrinenses aparecem como piores motoristas e a cidade possui um dos mais altos índices de acidentes do Brasil. Para se ter uma ideia do caos, no ano passado o trânsito de Londrina (58 mortes) matou proporcionalmente mais que Curitiba (104 mortes). A Capital possui quatro vezes mais o número de veículos circulando.

Paulo Ubratan O chefe da Delegacia de Trânsito, Pedro Marcondes, resume em poucas palavras o perfil dos motoristas infratores londrinenses. "Igual aos outros motoristas do País, que teimam em dirigir despreocupadamente, não tem consciência e não respeitam a

legislação e a sinalização." O delegado ressaltou que o maior número dos acidentes foram causados por pessoas embriagadas ou drogadas, conduzindo seus veículos em alta velocidade, avançando vias preferenciais e semáforos fechados. A faixa etária dos infratores prevalece entre 20 a 30 anos. No entanto, o Batalhão de Trânsito do 5º BPM, em levantamento específico, reduz as idades dos motoristas para 16 e 18 anos e informa que estes jovens foram a legião de 33% das vítimas. O batalhão também registra que a maioria vítimas de acidentes em Londrina morrem sem alcançar os 24 anos.

Engana-se quem pensa que os infratores no trânsito são mal informados e lhes falta experiência. O fato chega a surpreender, porque entre os motoristas causadores de acidentes 44% possuem o 2º grau completo, curso superior e 38% estão habilitados há mais de 5 anos. Pesquisando aproximadamente os 100 processos já instaurados pela Delegacia de Trânsito desde a sua implantação em Londrina (4 de de-

zembro de 1993), Marcondes diz ter apurado que a mulher é mais cautelosa no volante, enquanto o homem na direção do veículo é mais afoito, exibicionista e sente prazer em se expor ao perigo. "Mantida proporcionalmente as quantidades de habilitações expedidas para os sexos masculino e feminino, o homem londrinense também envolve-se nos acidentes mais violentos e as mulheres causam menos vítimas quando envolvidas", afirma o delegado.

Marcondes também coloca como fatores causadores de acidentes, a falta de um projeto racional de engenharia de tráfego em Londrina, com critérios técnicos atualizados de segurança; a ineficiência do sistema para habilitar os motoristas; a carência policial para fazer uma fiscalização efetiva nas ruas; a legislação demasiadamente branda para punir os fatos e a necessidade de uma Vara de Trânsito em Londrina para desafogar o trabalho da Justiça para evitar a impunidade. A maioria dos processos de trânsito referem-se a lesões corporais culposas, com pena de detenção de 2 meses a 1 ano, com prescrição em dois anos.

O sargento do 5º Batalhão da Polícia Militar, Donizete Ferreira, com 20 anos de experiência na orientação e controle no trânsito de rua em Londrina, classifica o comportamento dos motoristas e dos pedestres londrinenses "como de provincianos vivendo em uma cidade grande". O sargento comenta sobre os riscos e as mais comuns infrações que o londrinense diariamente comete. Ele critica o costume do motorista despreocupado que para em fila dupla, estaciona o carro sobre a calçada e do pedestre que caminha fora da calçada, não olha os semáforos e não observa as faixas de segurança para atravessar as ruas. "Isto é um costume adquirido no passado, época em que Londrina tinha poucos carros, as ruas não eram asfaltadas a população era pequena e o pessoal tinha que escolher um local para caminhar e não afundar no barro. Atualmente, este modismo cria sérios problemas para o trânsito", explica.

Donizete afirmou que a maioria dos motoristas atuais, alegam que não estão cometendo infração e mandam o policial

"caçar bandidos", em vez de estar aplicando multas. Ele revelou que este tipo de reação agressiva é muito comum e que os policiais precisam estar psicologicamente muito bem preparados para enfrentar diariamente o patrulhamento da cidade. O sargento classifica dois tipos de infratores no trânsito: os propositais e os eventuais. Os propositais seriam, por exemplo, os motoqueiros que abrem os canos de escapes das motocicletas novas, "apenas pelo prazer de fazer barulho". Os infratores eventuais seriam aqueles proprietários de motos velhas com canos de escape estragados que não

tem dinheiro para arrumá-los. Donizete ressaltou que os motoqueiros londrinenses são na sua maioria menores de idade e infratores propositais. Ele deixa claro que é muito difícil controlar este tipo de infratores, porque os patrulheiros em Londrina estão proibidos de perseguí-los, "para evitar um mal maior". Em apenas dois anos, durante blitzes e perseguições policiais, cinco pessoas foram mortas quando fugiam em suas motos. Entre elas, apenas uma tinha passagem pela polícia e o restante eram pessoas de bem, que fugiram apavoradas para não serem multadas.

Ato de amor "Caminhar de mãos dadas com os filhos é um ato de amor, principalmente quando os pais não tem condições de dar atenção às crianças no dia-a-dia," diz o soldado PM, Roberto Spangenberg, que comanda o trânsito em frente ao Colégio Vicente Ryo. Ele é muito conhecido dos londrinenses pela forma diferenciada de de

Só este ano, trânsito já deu prejuízo mensal de US\$ 373 mil em Londrina

O homem no volante é mais afoito, exibicionista e quer se expor ao perigo

semprenhar seu trabalho. Além de organizar o tráfego de veículos nos horários de entrada e saída do Colégio o soldado sofre com certos pais de alunos. Para ganharem um pouco de tempo eles teimam em estacionar seus carros em fila dupla na faixa de pedestre para desembarcar seus filhos em frente ao Colégio. Spangenberg afirma que este tipo de comportamento, "já começa a servir de péssimo exemplo para os menores, os nossos futuros motoristas". Para o soldado, o Colégio na os pais estacionarem os veículos em locais apropriados (existem diversos nas proximidades) e levarem os filhos pela mão até a porta da Escola. Ele também lembrou as loucuras dos entregadores de pizza em sua motocicletas "costurando o tráfego e cometendo as mais variadas imprudências para chegarem aos seus destinos".

Spangenberg é contra o uso de telefone celular quando a pessoa estiver no volante de um veículo. Radicaliza sua posição até com os rádios instalados nos carros que deveriam ser proibidos, porque obriga o motorista a tirar uma das mãos do volante para mexer no botão do dia. "São nessas aparentes pequenas coisas que devemos co-

meçar a educar o motorista, para que ele fixe

absoluta atenção quando estiver no volante", afirma. O soldado acredita que somente com muitas campanhas de trânsito junto às crianças e que poderemos transformar o perfil do motorista londrinense. Os filhos levariam as informações para casa e os pais seriam alertados por eles a não praticarem infrações.

Pedro Tanan Boaventura, é também soldado da PM e pertence a equipe educativa do Batalhão de Trânsito. Com 22 anos de experiên-

cia no setor ele defende a ideia de educar a criança para o trânsito desde a pré-escola. Tanan não vê perspectivas resolver o problema em curto prazo de tempo, pois afirma que será preciso "passar uma geração para que todos se conscientizem mudar esta situação caótica." Suas esperanças estão nas centenas de crianças e adolescentes que assistem as aulas ministradas pela equipe. A sua atual descrença com o motorista londrinense fundamenta-se pelos "péssimos exemplos que começam de cima." Ele elogia a irresponsabilidade da Prefeitura de Londrina que deveria ser a primeira a dar exemplo no trânsito.

No entanto, a Prefeitura diariamente transporta seus trabalhadores nas carrocerias de caminhões, "sem as mínimas condições de segurança, com possibilidade de a qualquer momento acontecer uma tragédia."

Justificando "falta de maturidade", nenhum dos policiais é a favor que menores de 18 anos habilitem-se para dirigir veículos (ver box). Eles revelaram que não gostam de aplicar multas no trânsito, mas acham que atualmente é a única forma legal para diminuir os abusos. "Sentindo no bolso o custo de uma multa os infratores vão pensar

três vezes antes de repetir as faltas", prevê o sargento Doan/eti. Somente de janeiro a março foram aplicadas 6.716 multas em Londrina, mas pouca coisa retornou ao Governo do Estado para que o município possa realmente fazer alguma coisa pelo trânsito. Na realidade, isto não serve para justificar os problemas, cujas soluções dependem também de vontade política.

Na edição de amanhã: O psiquiatra londrinense Herber Soares Vargas propõe que o CONTRAN abaixe de 0,8 para 0,6 a taxa legal de álcool para desclassificar motoristas embriagados.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASSA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO JOSÉ TAVARES, EM SESSÃO DO DIA 20 DE ABRIL DE 1994.

Sinal Vermelho

"O trânsito mata mais em Londrina"

Com menos veículos do que Curitiba, Londrina tem um dos mais altos índices de acidentes de trânsito do Brasil.

Folha de Londrina
Quarta-feira, 13 de abril de 1994.

Paulo Utterbach

O presidente do Conselho Estadual de Entorpecimento do Paraná, o psiquiatra londrinense Herber Soares Vargas, está propondo ao Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), que a taxa de decréscimo de álcool em 100 mil de sangue (ver tabela), começa a servir como parâmetro de prova para desclassificar um motorista dirijindo em estado de embriaguez. Atualmente, conforme resolução do CONTRAN número 476, de 20 de junho de 1974, o nível de embriaguez suportável chega a 0,8 decréscimo por 100 mil de sangue. Para Soares Vargas, o Estado continua a legitimar os 0,8 decréscimos "a uma aberração em se tratando do Brasil, um dos países onde mais se mata no trânsito por causa do álcool." Outra

Uma das propostas: extinguir o diagnóstico de embriaguez no trânsito com base testemunhal

Soares Vargas defende que a taxa de decréscimo de álcool em 100 mil de sangue, atualmente em vigor, é uma aberração em se tratando do Brasil, um dos países onde mais se mata no trânsito por causa do álcool. Outra

com base testemunhal, sendo atualmente o psiquiatra propõe extinguir.

A atual legislação de trânsito fundamenta-se no ponto de vista de que ninguém está obrigado a tomar provas contra si. No entanto, Soares Vargas evidencia que no caso da embriaguez no trânsito "o Estado tem o dever de constatar o indivíduo pois com isto evita preservando a todos os riscos dessa conduta, inclusive, o próprio motorista." Ele lembra que os princípios que legitimam o constrangimento para impedir o suicídio, poderiam também vigorar para o constrangimento no caso de exame de dosagem alcoólica.

Soares Vargas resume que devemos modificar os critérios para avaliar os delitos do trânsito. "Existe a enorme generalidade de que os atos desses crimes não são delinqüentes e por isso gozam de tolerância", disse. Para o psiquiatra, esse conceito serve como fator estimulador para a tão comum impunidade que envolve os crimes do trânsito, a despeito de serem tão perigosos e letais.

Participando no relatório de Soares Vargas ao CONTRAN consta a conclusão para que toda a sociedade venha discutir e colaborar para diminuir os problemas de trânsito no Brasil. Ele lamenta que não exista nas universidades, a consciência clara de que poderiam contribuir junto as comunidades com pesquisas e conclusões sobre um assunto tão importante e, ao mesmo tempo, carente de informações práticas. A falta no Brasil de pesquisas e estudos com profundidade sobre o alcoolismo no trânsito, poderia ser suprida com trabalhos desenvolvidos nas mesmas universidades.

"Todos estes fatos, estão sempre a mostrar a grande necessidade de médicos e de psicólogos fazerem parte desse processo", explicou o psiquiatra. Ele acha fundamental a participação direta destes profissionais no Conselho Nacional de Trânsito, para assessorar tecnicamente o órgão. Soares Vargas finaliza "Se a segurança do trânsito exige mais a participação do que do Direito Penal, o equilíbrio emocional do motorista sob todos os aspectos, necessita métodos de guarda de trânsito e não de pesquisa e do psicólogo

preocupar-se com os efeitos causados nas pessoas testadas, após uma hora de jejum da dose. As reações de reflexos retardaram-se em 10% e se agravaram se a medida em que as doses eram consumidas. Nos trabalhos de coordenação motora e mental ficou provado que a capacidade normal das pessoas foram reduzidas na mesma proporção. Nas experiências para trabalho muscular presente a bebida não alterou o rendimento dos testes, dando até a sensação de aumento a fadiga. Um dos aspectos interessantes observados foi que após uma dose, os indivíduos aumentaram a confiança em si próprios, demonstrando um grave contraste com a diminuição da eficiência. O psiquiatra chama a atenção "da importância que não possa ser com relação ao nível de embriaguez."

Os resultados não deixaram dúvidas de que se deve baixar para 0,6 decréscimo a taxa mínima de álcool para motoristas, para que se possa responsabilizar o criminalmente em caso de excesso. Os testes provaram que a pessoa com a mesma taxa de álcool no sangue estava sem noção de profundidade e teve suas reações retardadas para fazer um veículo. A atenção e a vigilância eram afetadas "ficando em tábua" olhando apenas para frente e conforme o aumento do uso alcoólico, foram sua visão reduzida do plano normal. Ficou também apurado que o pedestre, na mesma situação de alcoolismo corre os mesmos perigos do motorista em situação idêntica.

Obrigatoriedade "Em nossa opinião, quando há sinais de embriaguez em acidentes de trânsito, a avaliação da situação deveria ser preventiva e o crime presumido de perigo no mais amplo sentido. Quando alguém dirige embriagado, sem embriaguez ou pré-embriaguez, presume-se a existência de perigo e é necessário que se fale no Código de Trânsito e a constatação de álcool no organismo que evidencie o estado de embriaguez legal", explicou Soares Vargas. A partir disso, ele propõe a obrigatoriedade do exame de dosagem alcoólica do infrator por intermédio do aparelho conhecido como "bafômetro" e concluiu com essas palavras e de sangue. Um dos pontos de discussão para que a proposta alcance êxito e que os exames sejam feitos de imediato. O diagnóstico da embriaguez

Anti-álcool

Além de bafômetro e o método Herber Soares, a Folha quer trazer outras chances aos motoristas com o exame de sangue em pesquisa, de substâncias como a uréia, a glicose e a creatinina, para fazer o teste de álcool em 10 minutos de

Proposta, em álcool absoluto, de algumas bebidas usuais

Bebida	Quantidade	% de Álcool
Cerveja	Fermentação normal	3,5 a 4
Vinho de mesa	Fermentação da uva	10 a 14
Cachaça	Fermentação de milho	40 a 45
Champanhe	Vinho acidulado	10 a 14
Vinho do Porto	Vinho doce	18 a 24
Vinho Madeira	Vinho doce	18 a 24
Aguardente	Destilação de grãos fermentados	40 a 50
Uísque	Destilação de cevada fermentada	40 a 50
Conhaque	Destilação de uva fermentada	40 a 45
Whisky	Destilação de grãos fermentados	40 a 50
Alcoôl	Destilação de grãos fermentados	40 a 50
Benedictine	Destilação de grãos fermentados	40 a 50
Coque	Destilação de grãos fermentados	40 a 50

Para deduzir o grau de embriaguez

Grado	Porcentagem de álcool no sangue
1º Grau	de 0,005 a 0,014% de álcool no sangue
2º Grau	de 0,005 a 0,014% de álcool no sangue
3º Grau	de 0,015 a 0,149% de álcool no sangue
4º Grau	de 0,150 a 0,299% de álcool no sangue
5º Grau	de 0,300 a 0,399% de álcool no sangue
6º Grau	de 0,400 a 0,600% de álcool no sangue